

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

2

Curso de **DIREITO**  
**CIVIL**

Obrigações

**16<sup>a</sup>**  
**Edição**

revista  
atualizada  
ampliada

2022



www.editorajuspodivm.com.br

1114247

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Luiz Fernando Romeu ([lfnando\\_38@hotmail.com](mailto:lfnando_38@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de  
Curso de direito civil: obrigações / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald –  
16. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Ed. JusPodivm, 2022.  
v. 2.  
880 p.

Bibliografia.  
ISBN: 978-65-5680-924-3.

1. Direito civil. 2. Obrigações. I. Título.

CDD 342.14

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Palavras Prévias –16ª edição .....</b>	<b>17</b>
<b>Obrigações e COVID-19: Balanço geral do biênio 2020/2021 .....</b>	<b>21</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>29</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo Introdutório ► As Obrigações em Leitura Civil-constitucional.....</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo I ► Introdução ao Direito das Obrigações .....</b>	<b>41</b>
1. Noções gerais.....	42
1.1 Conceito de obrigações.....	42
1.2 Características essenciais .....	48
1.3 Evolução histórica .....	57
1.4 Introdução ao estudo das garantias .....	63
1.5 Posição no direito civil .....	69
1.6 O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor .....	73
1.6.1 Unificação do direito das obrigações: o empresário.....	75
1.6.2 O empresário e a Lei da Liberdade Econômica .....	79
1.6.3 O consumidor como sujeito especial de relações obrigacionais.....	82
1.6.4 O consumidor e o superendividamento: Lei n. 14.181/21 .....	97
2. Elementos constitutivos das obrigações .....	110
2.1 Generalidades .....	110
2.2 Elemento subjetivo (o credor e o devedor).....	113
2.3 Elemento objetivo (a prestação).....	115
2.4 Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	119
2.4.1 O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	119
2.4.2 Consequências do não cumprimento espontâneo .....	120
2.4.3 A execução da obrigação através do Poder Judiciário.....	121
2.4.4 O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	122
3. Principais distinções.....	140
3.1 Direitos reais .....	140
3.1.1 Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais .....	143
3.1.2 Situações híbridas.....	145
3.1.3 Obrigações <i>propter rem</i> .....	148
3.2 Direitos da personalidade.....	152
3.3 Obrigação, dever, sujeição e ônus .....	153
4. Fontes das obrigações .....	156
4.1 Introdução .....	156
4.2 Tripartição das obrigações segundo as suas funções .....	159
4.2.1 Negócio jurídico .....	159
4.2.2 Responsabilidade civil .....	162
4.2.3 Enriquecimento sem causa .....	164
4.3 A boa-fé objetiva como fonte das obrigações .....	166

5. Os paradigmas do Código Civil no direito das obrigações .....	167
5.1 As obrigações e o Código Civil de 2002.....	167
5.2 Princípio da socialidade.....	168
5.3 Princípio da eticidade.....	171
5.4 Princípio da operabilidade .....	175
6. A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”) .....	177
6.1 Introdução .....	177
6.2 Os deveres de conduta.....	181
6.2.1 Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	181
6.2.2 Funções dos deveres de conduta.....	185
6.2.3 Os deveres de conduta e a tutela de terceiros .....	189
6.2.4 O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	190
6.2.5 O terceiro ofensor e a relação obrigacional .....	191
6.3 A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional .....	194
6.3.1 A boa-fé como cláusula geral e a sua influência sobre a obrigação .....	194
6.3.2 Acepções da boa-fé objetiva .....	197
6.3.3 A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana .....	199
6.3.4 As funções da boa-fé no Código Civil.....	200
6.3.5 A boa-fé objetiva no CPC/15 .....	206
6.3.6 A boa-fé objetiva e a COVID-19.....	208
6.3.7 A boa-fé e o superendividamento: Lei 14.181/2021 .....	211
7. As obrigações contratuais e a lei da liberdade econômica (Lei n. 13.874/19) .....	215

## Capítulo II ► Modalidades de Obrigações I – Classificação quanto ao

<b>Objeto .....</b>	<b>223</b>
1. Introdução: A prestação como objeto da obrigação.....	224
2. Classificação quanto ao objeto.....	230
2.1 Obrigação de dar e de restituir .....	230
2.1.1 A obrigação de dar como processo.....	232
2.1.2 Obrigação de dar coisa certa.....	233
2.1.2.1 A impossibilidade das obrigações de dar: a teoria dos riscos.....	235
2.1.3 Obrigação de dar coisa incerta.....	248
2.1.3.1 Generalidades.....	248
2.1.3.2 O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	250
2.1.4 A desmaterialização das obrigações de dar .....	254
2.2 Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta .....	256
2.2.1 A execução das obrigações pecuniárias.....	263
2.2.2 O Cumprimento da sentença .....	263
2.2.3 A Execução Autônoma .....	267
2.2.4 O Procedimento Monitório .....	270
2.3 Obrigação de fazer .....	275
2.3.1 Generalidades .....	275
2.3.2 A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer .....	281
2.3.3 A obrigação de fazer nas relações de consumo.....	285
2.4 Obrigação de não fazer .....	287
2.4.1 Generalidades .....	287
2.4.2 A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer .....	292

2.5	Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer .....	295
2.5.1	Noções Gerais.....	295
2.5.2	O Cumprimento da Sentença .....	298
2.5.3	A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer .....	309

<b>Capítulo III ▶ Modalidades de Obrigações II – Classificação quanto aos Elementos .....</b>	<b>313</b>
1. Obrigações alternativas.....	314
1.1 Noções preliminares .....	314
1.2 Concentração.....	319
1.3 A obrigação alternativa como processo.....	322
1.4 Impossibilidade das prestações .....	324
2. Obrigações facultativas .....	327
2.1 Questões Processuais Relativas às Obrigações Alternativas e Facultativas.....	331
3. Obrigações cumulativas.....	333
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	335
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	336
5.1 Introdução .....	336
5.2 Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	338
5.3 A indivisibilidade e as modalidades de obrigações.....	341
5.4 Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	342
6. Obrigações solidárias .....	346
6.1 Noções gerais.....	346
6.2 Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	357
6.3 Solidariedade ativa .....	360
6.3.1 Noções Gerais.....	360
6.3.2 A Solidariedade Ativa e a Coisa Julgada.....	363
6.4 Solidariedade passiva.....	365
6.4.1 Noções gerais .....	365
6.4.2 Remissão e renúncia à solidariedade.....	371
6.4.3 A expansão da solidariedade passiva na reparação de danos injustos.....	373
6.4.3.1 Relações entre a vítima e os responsáveis.....	374
6.4.3.2 Vínculo interno entre os próprios responsáveis.....	378
6.4.4 A solidariedade passiva e o débito alimentar .....	380
6.4.5 A solidariedade cambiária .....	383
6.4.6 A solidariedade passiva e o chamamento ao processo .....	385

<b>Capítulo IV ▶ Modalidades de Obrigações III – Classificação quanto à Exigibilidade e ao Conteúdo .....</b>	<b>389</b>
1. Classificação quanto à exigibilidade.....	390
1.1 Obrigações civis e obrigações naturais .....	390
1.2 Regime das obrigações naturais.....	392
1.3 Espécies de obrigações naturais.....	396
1.3.1 Obrigações de trato social .....	396
1.3.2 Obrigações fundadas em imperativos morais .....	399
1.4 Natureza jurídica da obrigação natural.....	404

1.4.1	A obrigação natural como obrigação imperfeita .....	404
1.4.2	A obrigação natural como dever extrajurídico.....	405
1.4.3	A obrigação natural como relação juridicamente relevante .....	406
2.	Classificação quanto ao conteúdo .....	407
2.1	Obrigações de meio e de resultado.....	407
2.2	A relevância da classificação .....	412
2.3	A dicotomia à luz da boa-fé objetiva.....	415
2.4	Obrigações de meio e de resultado no CDC.....	417
2.5	Obrigações de garantia .....	418

## **Capítulo V ► Da Transmissão das Obrigações ..... 423**

1.	Introdução.....	424
1.1	Vicissitudes da obrigação .....	424
1.2	O crédito como objeto do tráfico jurídico.....	425
2.	Cessão de crédito.....	429
2.1	Noções gerais.....	429
2.2	Regime jurídico .....	432
2.3	Efeitos da cessão de crédito .....	441
2.4	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos.....	448
2.4.1	A cessão de crédito e a novação.....	449
2.4.2	A cessão de crédito e a sub-rogação .....	449
3.	Assunção de dívida .....	451
3.1	Conceito e noções gerais.....	451
3.2	Modalidades de assunção de dívida.....	452
3.3	Requisitos da assunção de dívida .....	458
3.4	Efeitos da assunção de dívida.....	462
3.5	Distinções com modelos jurídicos afins .....	464
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	466
4.1	Noções gerais.....	466
4.2	Requisitos .....	470
4.3	Efeitos.....	474
4.4	Distinções com outros modelos jurídicos .....	475
5.	Outras formas de transmissão das obrigações .....	477
5.1	Linhas gerais.....	477
5.2	Usufruto de créditos .....	477
5.3	Penhor de créditos.....	478
5.4	Cessão da garantia sobre o crédito .....	479
5.5	Endosso .....	480

## **Capítulo VI ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações I..... 483**

1.	Introdução .....	484
1.1	Premissas metodológicas .....	484
1.2	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor.....	487
1.3	Natureza jurídica do adimplemento .....	490
1.4	O pagamento é somente um dever ou também é um direito do credor?.....	492
1.5	Princípios norteadores do adimplemento .....	494
1.5.1	Princípio da pontualidade .....	495
1.5.2	Princípio da boa-fé objetiva.....	496

2.	Requisitos subjetivos do pagamento.....	499
2.1	Quem paga – o <i>solvens</i> .....	499
2.1.1	Noções gerais .....	499
2.1.2	O terceiro interessado .....	500
2.1.3	O terceiro não interessado .....	503
2.2	Quem recebe – o <i>accipiens</i> .....	508
3.	Requisitos objetivos do pagamento.....	514
3.1	Do objeto do pagamento.....	514
3.2	Meios de pagamento .....	525
3.3	Da prova do pagamento.....	528
3.4	Local do pagamento.....	535
3.4.1	Regras Gerais .....	535
3.4.2	Aspectos Processuais .....	539
3.5	Tempo do pagamento .....	543

<b>Capítulo VII ▶ Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações II –</b>		
<b>Modalidades Especiais de Pagamento.....</b>		<b>551</b>
1.	Introdução.....	552
2.	Pagamento em consignação .....	553
2.1	Fundamentos da consignação .....	553
2.2	Modalidades de depósito.....	555
2.3	Hipóteses de admissão da consignação .....	557
2.4	Pressupostos da consignação.....	561
2.5	Questões polêmicas do depósito.....	567
3.	Pagamento com sub-rogação.....	571
3.1	Noções introdutórias .....	571
3.2	Espécies de sub-rogação .....	573
3.3	Eficácia da sub-rogação.....	578
3.4	Tutela processual da sub-rogação.....	580
4.	Imputação do pagamento.....	582
4.1	Considerações introdutórias.....	582
4.2	Elementos da imputação do pagamento.....	582
5.	Dação em pagamento .....	586
5.1	Noções gerais.....	586
5.2	Requisitos .....	587
5.3	Aspectos relevantes .....	589
6.	Novação .....	592
6.1	Noções gerais .....	592
6.2	Pressupostos da novação .....	593
6.3	Modalidades.....	596
6.4	Efeitos.....	600
7.	Compensação .....	603
7.1	Noções gerais.....	603
7.2	Espécies.....	604
7.3	Limites à compensação.....	609
8.	Confusão.....	614
8.1	Noções gerais.....	614
8.2	Requisitos .....	616
8.3	Efeitos.....	618

9. Remissão.....	619
9.1 Linhas gerais.....	619
9.2 Características.....	620
9.3 Efeitos.....	622

## **Capítulo VIII ► Do Inadimplemento das Obrigações I..... 625**

1. O inadimplemento e as obrigações complexas.....	626
2. O inadimplemento e a Impossibilidade.....	629
2.1. Noções gerais.....	629
2.2. O gênero impossibilidade.....	630
2.3. A impossibilidade pela frustração do fim do contrato.....	635
2.4. A impossibilidade pela força maior ou caso fortuito.....	640
2.5. A impossibilidade e onerosidade excessiva.....	648
3. O inadimplemento como gênero.....	650
4. Espécies de inadimplemento.....	652
4.1. Inadimplemento absoluto.....	652
4.1.1 Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação.....	654
4.1.2 Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	655
4.1.3 Inadimplemento mínimo.....	657
4.2. Mora.....	660
4.2.1 Mora do devedor.....	662
4.2.2 Mora do credor.....	668
4.2.3 Constituição em mora.....	673
4.2.4 Purgação da mora.....	681
4.3. Violação positiva do contrato.....	686
4.4. Inadimplemento antecipado.....	689
5. O inadimplemento e a dignidade da pessoa humana.....	691
6. O inadimplemento e o superendividamento.....	696
7. As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial (inadimplemento).....	700
7.1. O concurso de responsabilidades.....	707
7.2. A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	711

## **Capítulo IX ► Do Inadimplemento das Obrigações II – Consequências do Inadimplemento das Obrigações ..... 715**

1. Remédios para o inadimplemento obrigacional.....	715
2. Perdas e danos.....	721
2.1 Noções gerais.....	721
3. Dano patrimonial.....	727
3.1 O dano emergente.....	727
3.2 O Lucro cessante.....	732
3.3 A perda de uma chance.....	738
3.3.1 Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem.....	740
3.3.2 Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	744
3.3.3 Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	747
3.4 Dano moral negocial.....	749



4.	Juros.....	753
4.1	Noções introdutórias .....	753
4.2	Os juros moratórios no Código Civil.....	755
4.3	Os juros compensatórios no Código Civil .....	762
4.4	Os juros e as instituições financeiras .....	765
4.5	A capitalização dos juros.....	768
5.	Cláusula penal.....	772
5.1	Introdução.....	772
5.2	Natureza.....	773
5.2.1	Acessoriedade.....	773
5.2.2	Obrigação facultativa.....	773
5.2.3	Negócio jurídico de garantia .....	773
5.2.4	Sujeitos da cláusula penal.....	774
5.2.5	Objeto da cláusula penal.....	774
5.3	Modalidades.....	775
5.3.1	Cláusula penal compensatória.....	775
5.3.2	Cláusula penal moratória.....	775
5.4	Funções.....	776
5.4.1	Função indenizatória.....	777
5.4.2	Função coercitiva.....	777
5.5	A Superação do Modelo Unitário da Cláusula Penal.....	778
5.5.1	O modelo unitário.....	778
5.5.2	Um novo olhar sobre a cláusula penal.....	778
5.5.3	A imposição do modelo unitário no perfil funcional das obrigações .....	779
5.6	Espécies de cláusula penal.....	780
5.6.1	A cláusula penal <i>stricto sensu</i> .....	780
5.6.2	A cláusula penal de prefixação de indenização .....	781
5.7	Interpretação da cláusula penal .....	782
5.8	Eficácia da Cláusula Penal.....	783
5.8.1	A constatação do dano.....	783
5.8.2	A reparação pelo dano excedente.....	785
5.8.3	A exigibilidade da pena convencional .....	786
5.8.4	O direito à pena e a resolução do contrato .....	787
5.9	Delimitação Perante Modelos Jurídicos Próximos.....	789
5.9.1	A obrigação alternativa.....	789
5.9.2	A multa penitencial.....	789
5.9.3	A cláusula de limitação de indenização.....	790
5.9.4	A cláusula de garantia .....	790
5.9.5	Arras.....	791
5.9.5.1	Arras confirmatórias.....	791
5.9.5.2	Arras penitenciais.....	792
5.9.6	Astreintes.....	792
5.10	A Cláusula Penal como Pena Privada .....	794
5.11	O Controle da Cláusula Penal.....	797
5.11.1	A redução judicial da cláusula penal.....	797
5.11.2	O agravamento judicial das penas irrisórias .....	801
5.11.3	O controle normativo da cláusula penal .....	801
5.12	Cláusula Penal e Relações de Consumo.....	802

5.12.1	A caracterização da cláusula abusiva.....	802
5.12.2	A cláusula de decaimento.....	805
5.12.3	A cláusula penal em favor do consumidor.....	807
5.12.4	O controle dos contratos de adesão entre particulares .....	808
6.	Arras.....	809
6.1	Noções introdutórias .....	809
6.2	Arras confirmatórias.....	810
6.3	Arras penitenciais.....	813
<b>CAPÍTULO X ► Enriquecimento Sem Causa .....</b>		<b>817</b>
1.	Noções gerais.....	817
1.1	O enriquecimento sem causa no direito brasileiro .....	826
1.1.1	O Código Civil de 1916.....	826
1.1.2	O Código Civil de 2002.....	827
1.2	Um problema de terminologia: enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa e ilícito civil .....	830
2.	O enriquecimento sem causa como princípio .....	833
2.1	Introdução .....	833
2.2	Desdobramentos do enriquecimento sem causa como princípio .....	836
2.2.1	O enriquecimento sem causa e a fixação das indenizações.....	836
2.2.2	O enriquecimento sem causa e os negócios jurídicos.....	841
2.2.2.1	O retorno ao <i>status quo</i> nos casos de invalidade .....	841
2.2.2.2	O enriquecimento sem causa e o desequilíbrio econômico .....	843
2.2.3	O enriquecimento sem causa e a cláusula penal .....	846
3.	O enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	849
3.1	Introdução .....	849
3.2	Desdobramentos do enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	850
3.2.1	O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do enriquecido .....	850
3.2.1.1	Enriquecimento obtido mediante fato injusto .....	850
3.2.2	O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do empobrecido .....	853
3.2.2.1	O enriquecimento por prestação do empobrecido propriamente dito .....	853
3.2.2.2	O enriquecimento imposto .....	854
3.2.3	O enriquecimento decorrente de prestação de terceiro.....	856
4.	Pressupostos de configuração do enriquecimento sem causa .....	857
4.1	O enriquecimento.....	857
4.2	O empobrecimento (“à custa de outrem”).....	859
4.3	O nexo de causalidade.....	860
4.4	A ausência de justa causa.....	861
4.5	A ação de enriquecimento e a controvérsia acerca da subsidiariedade.....	862
5.	O enriquecimento sem causa e os institutos do pagamento indevido e da gestão de negócios.....	866
6.	Referências.....	868
<b>Bibliografia .....</b>		<b>871</b>

**16<sup>a</sup>  
edição**

revista, atualizada  
e ampliada

**CRISTIANO CHAVES DE FARIAS  
NELSON ROSENVALD**

*Curso de Direito*

# CIVIL

Reais

**5**

2020



111 4247

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

F224c Farias, Cristiano Chaves de  
Curso de direito civil: direitos reais / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald –  
16. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.  
v. 5.  
1136 p.

Bibliografia.  
ISBN: 978-85-442-3271-2.

1. Direito civil. 2. Direitos reais. I. Título.

CDD 342.12

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Palavras Prévias (à guisa de apresentação da 16ª edição) .....</b>	<b>17</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>21</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>23</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo I ► Direitos reais.....</b>	<b>29</b>
1. Conceito.....	30
2. Características fundamentais dos direitos reais.....	31
2.1 Absolutismo.....	31
2.2 Sequela.....	35
2.3 Preferência.....	37
2.4 Taxatividade .....	39
2.5 Tipicidade .....	41
3. A aproximação entre as situações jurídicas reais e obrigacionais.....	44
4. Classificação.....	50
5. Obrigações <i>propter rem</i> .....	54
5.1. Conceito e natureza jurídica.....	54
5.2. Distinção perante os ônus reais.....	57
<b>Capítulo II ► Posse .....</b>	<b>61</b>
1. Breve histórico da posse .....	62
2. Teorias e definição da posse .....	62
2.1 Teoria subjetiva (clássica) de Savigny.....	62
2.2 Teoria objetiva de Ihering.....	64
2.3 Definição da posse .....	67
3. Natureza da posse .....	68
4. A função social da posse e o direito de moradia.....	73
4.1 Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana.....	73
4.2 A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada) .....	79
4.3 A legitimação da posse .....	93
4.4 A posse e os conflitos multitudinários.....	99
4.4.1 A tensão entre posse e propriedade.....	99
4.4.2 Intervenção do Ministério Público .....	101
4.4.3 As invasões coletivas .....	106
4.4.4 As ocupações coletivas .....	110
5. Objeto da posse.....	115
6. Desdobramento da posse.....	119
7. Composse.....	125
8. Detenção.....	129

9. Classificação da posse.....	144
9.1 Vícios objetivos da posse.....	144
9.2 Vício subjetivo da posse.....	152
10. Interversão (convalescimento) da posse .....	157
11. Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte.....	160
11.1 Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis .....	161
11.1.1 Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária.....	161
11.1.2 Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade .....	170
11.1.2.1 A aquisição da posse coletiva.....	171
11.1.2.2 Aquisição titulada da posse de bens públicos (Estado da arte até a MP 910/19) .....	175
11.2 Conclusão .....	179
12. Efeitos.....	180
12.1 Direito aos frutos .....	180
12.2 Responsabilidade civil do possuidor .....	184
12.3 Direito às benfeitorias .....	186
12.3.1 Noções gerais .....	186
12.3.2 As benfeitorias e a posse.....	188
12.3.3 As benfeitorias e o direito de retenção .....	191
12.3.4 As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais .....	198
12.4 Direito à usucapião.....	201
12.5 Ações possessórias .....	201
12.5.1 Fundamentos da proteção possessória .....	201
12.5.2 A tutela jurisdicional da posse.....	203
12.5.3 As ações possessórias em espécie .....	213
12.5.3.1 Reintegração de posse .....	218
12.5.3.2 Manutenção de posse .....	224
12.5.3.3 Interdito proibitório .....	225
12.5.3.4 Autoexecutoriedade .....	229
12.5.4 Aspectos processuais das ações possessórias.....	231
12.5.4.1 Aspectos gerais.....	231
12.5.4.2 O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	242
12.5.4.3 Natureza dúplice das possessórias.....	254
12.5.4.4 Fungibilidade das possessórias.....	256
12.5.4.5 Cumulação de pedidos .....	258
12.5.4.6 Competência para processar e julgar a ação possessória.....	260
12.6 A tutela da posse por outros mecanismos .....	261
12.6.1 Imissão de posse.....	261
12.6.2 Ação de nunciação de obra nova.....	264

### **Capítulo III ► Propriedade ..... 269**

1. Breve histórico da propriedade .....	270
2. Propriedade e domínio.....	276
3. Da propriedade às (novas) propriedades.....	280
3.1 Propriedades <i>versus</i> propriedades.....	281
3.2 A propriedade intelectual .....	285
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade.....	294
5. O direito fundamental à propriedade como acesso.....	300

5.1	O acesso ao mínimo existencial.....	300
5.2	O acesso pela multipropriedade .....	306
6.	Estrutura do direito de propriedade.....	307
6.1	Faculdade de usar .....	309
6.2	Faculdade de gozar .....	310
6.3	Faculdade de dispor .....	312
6.4	Faculdade de reivindicar .....	313
7.	Principais atributos da propriedade .....	316
7.1	Exclusividade.....	317
7.2	Perpetuidade.....	319
7.3	Elasticidade e consolidação .....	320
8.	Função social das propriedades .....	322
8.1	Generalidades.....	322
8.2	Noção de função social .....	324
8.3	A propriedade como direito subjetivo com função social.....	326
8.4	A propriedade como relação jurídica complexa .....	336
8.5	Função social da propriedade urbana .....	338
8.6	Função social da propriedade rural.....	353
8.7	Função social das diversas propriedades.....	368
8.8	Síntese da função social.....	378
8.9	As multitularidades: para além da função social.....	383
9.	A extensão das faculdades da propriedade.....	386
10.	Da descoberta .....	388
11.	Modos de aquisição da propriedade imobiliária .....	391
11.1	Registro.....	392
11.1.1	Princípios regentes.....	392
11.1.2	Da relação obrigacional para a eficácia real .....	393
11.1.3	Aproximação entre o título e o modo.....	398
11.1.4	Princípio da concentração na matrícula imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	401
11.1.5	Função social registral .....	405
11.1.6	Atributos do registro.....	407
11.1.7	Distinções terminológicas.....	428
11.2	Usucapião .....	429
11.2.1	Breve histórico .....	430
11.2.2	Conceito e natureza jurídica .....	431
11.2.3	Requisitos da usucapião.....	434
11.2.3.1	Requisitos pessoais .....	434
11.2.3.2	Requisitos reais .....	438
11.2.3.3	Requisitos formais.....	448
11.2.4	Usucapião extraordinária .....	448
11.2.5	Usucapião ordinária .....	455
11.2.5.1	Justo título .....	455
11.2.5.2	Boa-fé .....	461
11.2.6	Usucapião tabular.....	462
11.2.7	Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	464
11.2.8	Usucapião especial (urbana).....	467

11.2.9	Usucapião urbana coletiva .....	477
11.2.10	Usucapião rural .....	483
11.2.11	Usucapião extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos) .....	487
11.2.12.	Usucapião urbana administrativa (Lei n. 13.465/17) .....	498
11.2.13	Usucapião indígena.....	504
11.2.14	Usucapião especial do artigo 68 do ADCT – A propriedade quilombola .....	505
11.2.15	Usucapião pró-família .....	507
11.2.16	Questões procedimentais e processuais da usucapião .....	511
11.2.17	Usucapião como defesa .....	519
11.3	Acessão .....	524
11.3.1	Acessão natural.....	525
11.3.2	Acessão artificial – construções e plantações .....	528
11.3.2.1	Aspectos gerais.....	528
11.3.2.2	A tensão entre a propriedade e a posse .....	529
11.3.2.3	A desapropriação no interesse privado.....	534
11.4	Legitimação fundiária.....	537
12.	Modos de perda da propriedade .....	544
12.1	Alienação .....	546
12.2	Renúncia.....	547
12.3	Abandono.....	549
12.4	Perecimento.....	555
12.5	Desapropriação .....	556
13.	Modos de aquisição da propriedade móvel .....	559
13.1	Ocupação.....	559
13.2	Achado do tesouro .....	561
13.3	Especificação .....	562
13.4	Confusão, comissão e adjunção.....	564
13.5	Usucapião .....	565
13.6	Tradição .....	568
14.	Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i> .....	575
15.	A propriedade aparente.....	578
15.1	A fragmentação do direito de propriedade .....	578
15.2	O significado da propriedade aparente .....	579
15.3	Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade .....	581
16.	Propriedade fiduciária .....	585
16.1	Noções introdutórias .....	585
16.2	Conceito, elementos e natureza jurídica.....	589
16.3	Constituição da propriedade fiduciária .....	592
16.4	Características da propriedade fiduciária .....	597
16.5	O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil.....	608
16.6	A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DL 911/69 .....	613
16.7	O fim da prisão civil do depositário infiel .....	619
16.8	A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17).....	625
16.9	A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil.....	638
16.10	Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	648



17. Propriedade superficiária.....	655
17.1 Conceito e natureza jurídica.....	655
17.2 Conteúdo do direito de superfície.....	661
17.3. A superfície e a laje .....	668
17.4 O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	671
17.5 Extinção do direito de superfície.....	677
17.6 A superfície e outros modelos jurídicos.....	680
18. A laje.....	683
18.1 Conceito e noções fundamentais .....	683
18.2 As espécies de laje.....	687
18.3 A natureza jurídica da laje – Direito real de propriedade.....	689
18.4 Direitos e deveres do lajeado (titular do imóvel originário).....	695
18.4.1 Direitos que tocam ao lajeado.....	695
18.4.2 Deveres do lajeado .....	699
18.4.3 Direitos que tocam ao lajeário.....	700
18.4.4 Deveres do lajeário .....	704
18.5 Modos constitutivos do direito real de laje .....	706
18.6 O direito de preferência.....	717
18.7. Formas extintivas do direito real de laje .....	722

#### **Capítulo IV ► Direitos de vizinhança ..... 727**

1. Noções gerais.....	728
2. Uso anormal da propriedade.....	732
2.1 Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	739
2.2 Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	740
2.3 Uso anormal, causando danos anormais, sem justificação social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito).....	742
3. Árvores limítrofes.....	744
4. Passagem forçada .....	746
5. Da passagem de cabos e tubulações.....	749
6. Das águas .....	750
7. Limites entre prédios e direito de tapagem.....	755
8. Direito de construir .....	760
8.1 O direito de construir e a função social da propriedade.....	760
8.2 O direito de construir no Código Civil.....	764

#### **Capítulo V ► Condomínio ..... 773**

1. Noções gerais.....	774
2. Condomínio ordinário.....	776
2.1 Classificação .....	776
2.2 Conteúdo da cotitularidade.....	778
2.3 Exercício da cotitularidade .....	783
2.4 Extinção do condomínio voluntário.....	786

2.5	Administração do condomínio.....	790
2.6	Condomínio necessário.....	793
3.	Condomínio edilício.....	795
3.1	Noções gerais.....	795
3.2	Natureza jurídica.....	803
3.3	Elementos constitutivos.....	807
3.3.1	Convenção de condomínio.....	810
3.3.2	Regimento interno.....	816
3.4	Direitos dos condôminos.....	817
3.5	Deveres dos condôminos.....	826
3.6	As sanções punitivas condominiais.....	834
3.7	O inadimplemento condominial.....	846
3.8	Administração do condomínio.....	849
3.8.1	Síndico.....	849
3.8.2	Assembleia geral.....	854
3.8.3	Conselho fiscal.....	857
3.9	Extinção do condomínio edilício.....	858
3.10	O condomínio e o direito real de laje.....	860
4.	O condomínio de casas.....	863
5.	O condomínio de lotes.....	865
5.1	Os “loteamentos fechados”.....	865
5.2	Os condomínios de lotes.....	868
5.3	O loteamento de acesso controlado.....	871
6.	O condomínio urbano simples.....	872
7.	O condomínio em multipropriedade.....	875
7.1	Noções gerais.....	876
7.2	A regulamentação jurídica do condomínio multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	878
8.	O fundo de investimento.....	887

## **Capítulo VI ► Direitos reais em coisa alheia ..... 897**

1.	Introdução.....	898
2.	A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	900
3.	Direitos reais de fruição.....	901
3.1	Enfiteuse.....	902
3.1.1	Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	902
3.1.2	Noções gerais.....	904
3.1.3	Objeto.....	905
3.1.4	Modos de aquisição.....	907
3.1.5	Conteúdo.....	907
3.1.6	Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	911
3.1.7	Peculiaridades.....	912
3.2	Servidão.....	913
3.2.1	Breve histórico.....	913
3.2.2	Conceito e natureza jurídica.....	914
3.2.3	Distinções necessárias.....	918

3.2.4	Classificação.....	920
3.2.5	Modos de constituição.....	922
3.2.6	Exercício.....	925
3.2.7	Extinção.....	930
3.2.8	Tutela processual das servidões.....	934
3.3	Usufruto.....	936
3.3.1	Conceito e características.....	936
3.3.2	Distinções necessárias.....	938
3.3.3	Objeto.....	942
3.3.4	Modos de constituição.....	944
3.3.5	Direitos do usufrutuário.....	953
3.3.6	Obrigações do usufrutuário.....	959
3.3.7	Extinção.....	963
3.4	Direito real de uso.....	971
3.4.1	O modelo do Código Civil.....	971
3.4.2	A concessão de direito real de uso.....	973
3.4.3	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	975
3.5	Direito real de habitação.....	978
4.	Direitos reais de garantia.....	983
4.1	Teoria geral.....	983
4.1.1	Características dos direitos reais de garantia.....	986
4.1.2	Princípios básicos dos direitos de garantia.....	997
4.1.3	Distinção entre direitos de garantia e de gozo.....	1000
4.2	Penhor.....	1002
4.2.1	Noções introdutórias.....	1002
4.2.2	Características do penhor.....	1005
4.2.3	Direitos e obrigações do credor pignoratício.....	1006
4.2.4	Extinção do penhor.....	1012
4.2.5	Modalidades de penhor.....	1015
4.2.5.1	Penhor rural.....	1015
4.2.5.2	Penhor industrial e mercantil.....	1020
4.2.5.3	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	1022
4.2.5.4	Penhor de veículos.....	1026
4.2.5.5	Penhor legal.....	1028
4.3	Hipoteca.....	1033
4.3.1	A hipoteca e o mercado.....	1033
4.3.2	Noções gerais.....	1035
4.3.3	Modalidades de hipoteca.....	1040
4.3.3.1	Hipoteca convencional.....	1040
4.3.3.2	Hipoteca legal.....	1051
4.3.3.3	Hipoteca judiciária.....	1053
4.3.3.4	Hipotecas especiais.....	1054
4.3.3.5	Hipoteca censual.....	1057
4.3.4	Remição da hipoteca.....	1059
4.3.5	Extinção da hipoteca.....	1064
4.4	Anticrese.....	1066

5. Direito real à aquisição – promessa de compra e venda.....	1070
5.1 Noções gerais.....	1070
5.2 A promessa como contrato preliminar.....	1072
5.2.1 Noções gerais.....	1072
5.2.2 Eficácia obrigacional.....	1075
5.2.3 A eficácia real do contrato preliminar.....	1085
5.2.4 O contrato preliminar impróprio.....	1088
5.3 A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais.....	1094
5.4 A extinção da promessa de compra e venda à luz da Lei n. 13.786/18.....	1100
5.4.1 Noções gerais.....	1100
5.4.2 A rescisão unilateral dos contratos imobiliários.....	1101
5.4.3 O distrato e a resolução dos contratos imobiliários.....	1102
5.5 Temas controvertidos sobre promessa de compra e venda.....	1110
<b>Bibliografia .....</b>	<b>1121</b>

Cristiano Chaves de Farias  
Nelson Rosenvald

Curso de **DIREITO**  
**CIVIL**

**16<sup>a</sup>**

Edição

REVISTA  
ATUALIZADA  
AMPLIADA

Famílias

**6**

2024

 **EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicacao@gmail.com](mailto:lupecomunicacao@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

F224c      Farias, Cristiano Chaves de  
Curso de Direito Civil - v.6 – Famílias / Cristiano Chaves de Farias e Nelson  
Rosenvald – 16.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.  
1104 p.  
Inclui bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4937-6.  
1. Direito Civil. 2. Direito de Família. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Rosenvald,  
Nelson. III. Título.

CDD 342.1

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL  
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

<b>Palavras Prévias – 16ª edição.....</b>	<b>27</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>29</b>
<b>Prefácio.....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias.....</b>	<b>33</b>
1. As famílias.....	35
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias.....	35
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	36
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	38
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	41
2. O direito das famílias.....	44
2.1 Noções conceituais.....	44
2.2 Estrutura do Direito das Famílias.....	46
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	46
2.4 A natureza jurídica (enquadramento topológico) das normas do Direito das Famílias.....	47
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)...	48
2.6 A privacidade familiar.....	51
3. Importância e conteúdo atual do afeto como elemento estrutural da família contemporânea: postulado normativo aplicativo das normas.....	54
4. Fontes do direito das famílias.....	58
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	60
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios.....	60
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras.....	62
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias.....	64
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de utilização da técnica de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeasibility</i> ) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	67
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais....	73
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988. e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	75
5.7 A não taxatividade do rol constitucional.....	77
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	78
5.8.1 Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	78
5.8.2 Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher.....	99

14	CURSO DE DIREITO CIVIL • Vol. 6	Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald
	5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos..... 112
	5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental)..... 113
	5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento..... 117
6.		A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis..... 119
7.		A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares)..... 121
	7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas..... 121
	7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva..... 123
	7.3	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares..... 124
	7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável (o afeto como postulado das relações familiares, e não como princípio)..... 129
8.		A função social da família..... 133
9.		Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específica, inclusive <i>astreintes</i> ..... 135
10.		A perda de uma chance nas relações de família..... 142
11.		O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015 ..... 145
	11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções ..... 145
	11.2	Ressuscitando da mansão dos mortos: a possibilidade de separação..... 148
	11.3	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória ..... 149
	11.4	O <i>iter</i> procedimental das ações de família..... 154
	11.5	A intervenção do Ministério Público ..... 156
	11.6	Indícios de abuso ou alienação parental..... 157
	11.7	A questão da revelia nas ações de família ..... 158
	11.8	Os poderes do juiz nas ações de família..... 159
	11.9	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova..... 160
	11.10	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família ..... 162
	11.11	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família ..... 167
	11.12	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família ..... 169
	11.13	Os negócios jurídicos processuais em ações de família..... 173
		<b>Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada)..... 175</b>
1.		Uma visão constitucional do casamento..... 176
2.		Estrutura jurídica do casamento..... 178
	2.1	Noções conceituais ..... 178
	2.2	Finalidades do casamento..... 182
	2.3	Natureza jurídica do casamento ..... 185
	2.4	Características do casamento ..... 186
	2.5	Prova do casamento..... 189
	2.6	Os espousais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos)..... 191
	2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial)..... 195
	2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.... 196



2.9	Impedimentos matrimoniais.....	200
2.9.1	Noções conceituais .....	200
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais .....	201
2.9.3	Classificação dos impedimentos.....	204
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco .....	205
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia) .....	210
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime .....	211
2.10	Causas suspensivas matrimoniais .....	212
2.10.1	Noções conceituais .....	212
2.10.2	Oposição das causas suspensivas .....	214
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	215
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue ( <i>turbatio sanguinis</i> ) .....	216
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela .....	216
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	217
2.11	A habilitação para o casamento .....	218
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	218
2.11.2	A capacidade para o casamento, a impossibilidade de suprimento judicial de idade e a possibilidade de suprimento judicial do consentimento dos pais .....	219
2.11.3	O novo (e simplificado) procedimento de habilitação e as suas diferentes fases.....	223
2.12	Casamento de militares.....	228
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro .....	229
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges .....	230
3.	Existência, validade e eficácia do casamento .....	230
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento .....	230
3.2	A existência do casamento .....	232
3.3	A validade do casamento .....	236
3.3.1	Generalidades .....	236
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	238
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa) .....	242
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	251
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	254
3.3.6	O casamento putativo .....	255
4.	Celebração do casamento .....	257
4.1	Noções gerais .....	257
4.2	Formalidades da celebração.....	259
4.3	O momento da celebração .....	260
4.4	O casamento consular .....	262
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	263
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	266
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	268
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	272
5.1	Generalidades .....	272
5.2	Efeitos sociais .....	273

5.3	Efeitos pessoais.....	276
5.3.1	Noções gerais.....	276
5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	278
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal.....	282
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	283
5.4	Efeitos patrimoniais.....	289
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	291
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	296
<b>Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento.....</b>		<b>299</b>
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	299
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento.....	299
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	301
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional.....	303
1.4	A teoria da análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas.....	306
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens....	307
2.	Lineamentos sobre o regime de bens.....	309
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	309
2.2	Princípios norteadores do regime de bens.....	310
2.2.1	Generalidades.....	310
2.2.2	O princípio da liberdade de escolha do regime de bens.....	310
2.2.3	O princípio da variedade dos regimes de bens.....	322
2.2.4	O princípio da mutabilidade motivada do regime de bens.....	323
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento.....	333
2.4	Regime de bens na união estável.....	334
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015.....	336
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	341
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	341
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte.....	342
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	345
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	346
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos.....	346
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	350
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens....	352
3.4.4	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	353
3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do <i>venire contra factum proprium</i> – proibição de comportamento contraditório).....	354
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	358
4.	O pacto antenupcial.....	358

4.1	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo.....	358
4.2	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	363
4.3	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade .....	364
4.4	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos.....	365
4.5	Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial .....	366
5.	Os diferentes regimes de bens .....	367
5.1	Generalidades .....	367
5.2	O regime de comunhão parcial de bens .....	368
5.3	O regime de comunhão universal de bens .....	380
5.4	O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	384
5.5	O regime de participação final nos aquestos.....	390
<b>Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio) .....</b>		<b>395</b>
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado .....	396
2.	A dissolução do casamento .....	400
2.1	Escoço histórico evolutivo da dissolução do casamento .....	400
2.2	Os antecedentes da Emenda Constitucional nº 66/10.....	401
2.3	O sistema de dissolução do casamento: unitário ou dualista? .....	403
2.4	Questões intertemporais relativas à eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro.....	406
2.5	A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	407
2.6	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	411
2.7	A dissolução do casamento pela morte .....	414
2.8	A morte presumida como causa dissolutória do casamento.....	416
3.	O divórcio.....	418
3.1	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	418
3.2	Noções conceituais .....	421
3.3	Requisito constitucional único para o divórcio.....	423
3.4	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	424
3.5	Superação do regime diferenciado do divórcio .....	427
3.6	O divórcio litigioso e o divórcio consensual .....	428
3.7	O divórcio consensual.....	428
3.7.1	Generalidades.....	428
3.7.2	O divórcio consensual em juízo.....	429
3.7.3	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo) .....	434
3.8	O divórcio litigioso .....	438
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio (aplicáveis também à separação).....	441
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio .....	455
5.1	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015 .....	455
5.2	Outras controvérsias patrimoniais relevantes .....	461

<b>Capítulo V ► A União Estável (A Família Convivencial).....</b>	<b>469</b>
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	470
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira .....	475
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias.....	481
3.1 A união livre e a sociedade de fato .....	481
3.2 O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	482
3.3 A união estável .....	487
3.4 O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa.....	489
4. Elementos caracterizadores da união estável .....	491
4.1 Noções gerais.....	491
4.2 O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família) .....	492
4.3 A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas) .....	495
4.4 A estabilidade .....	497
4.5 A continuidade .....	498
4.6 A publicidade .....	499
4.7 A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas .....	500
4.8 A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	501
5. Efeitos pessoais da união estável.....	505
5.1 As relações pessoais entre os companheiros.....	505
5.2 Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação .....	507
5.3 Direito ao uso do sobrenome do companheiro.....	510
5.4 Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	511
5.5 Adoção por companheiros em união estável.....	511
5.6 Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	513
5.7 Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	513
5.8 A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	515
5.9 Enquadramento como herdeiro necessário.....	516
5.10 Impedimento para testemunhar .....	517
6. Efeitos patrimoniais.....	517
6.1 As consequências econômicas da união estável.....	517
6.2 O regime de bens e o direito à meação .....	518
6.3 O contrato de convivência na união estável e seus efeitos .....	526
6.3.1 Contornos gerais do contrato de convivência.....	526
6.3.2 A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade.....	527
6.3.3 Eficácia do pacto convivencial .....	528
6.3.4 Conteúdo .....	529
6.3.5 O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável.....	531
6.3.6 O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	532
6.4 Alimentos na união estável.....	533
6.5 A sucessão entre os companheiros .....	535

6.6	O direito real de habitação .....	537
6.7	Direito aos benefícios previdenciários .....	539
6.8	Direito à inventariança.....	539
6.9	Efeitos tributários.....	540
6.10	Impenhorabilidade do bem de família .....	540
7.	Conversão da união estável em casamento.....	541
8.	Aspectos processuais da união estável.....	543
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável.....	543
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher.....	544
8.3	Intervenção do Ministério Público.....	547
9.	Ações típicas da união estável.....	547
9.1	Generalidades .....	547
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável .....	548
9.3	Ação de petição de herança.....	549
9.4	Ações possessórias.....	549
9.5	Alimentos.....	550
9.6	Embargos de terceiros.....	551
10.	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos.....	551
<b>Capítulo VI ► A parentalidade.....</b>		<b>555</b>
1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional.....	555
2.	As estruturas elementares da parentalidade .....	559
2.1	Prolegômenos.....	559
2.2	Noções conceituais sobre a parentalidade.....	561
2.3	O vínculo parental: linhas e graus.....	563
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes da parentalidade.....	566
3.	As espécies de parentalidade.....	568
3.1	Espécies de parentalidade .....	568
3.2	O parentesco por afinidade.....	571
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar .....	576
<b>Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos .....</b>		<b>581</b>
1.	A filiação à luz de uma interpretação conforme a Constituição .....	582
2.	Noções elementares sobre a filiação.....	585
2.1	Noções conceituais sobre a filiação.....	585
2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades .....	588
2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	590
2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio ("barriga de aluguel" ou gestação por substituição) .....	595
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	599
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	606
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente e o direito ao bebê salvador/medicamento .....	612

3.	Crítérios determinantes da filiação .....	615
3.1	Generalidades .....	615
3.2	Crítério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i> ) .....	616
3.2.1	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i> .....	616
3.2.2	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos .....	618
3.2.3	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual) .....	621
3.2.4	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida .....	623
3.2.5	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade) .....	633
3.3	Crítério biológico (exame DNA) .....	637
3.4	Crítério afetivo (a filiação socioafetiva) .....	640
3.5	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação) .....	647
3.6	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos .....	652
4.	O reconhecimento de filhos .....	654
4.1	Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho .....	654
4.2	Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos .....	655
4.3	O reconhecimento voluntário de filhos .....	656
4.4	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa .....	664
4.5	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade) .....	666
4.5.1	Noções gerais .....	666
4.5.2	A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade) .....	667
4.5.3	A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes .....	667
4.5.4	Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais .....	671
4.5.5	Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva .....	673
4.5.6	Natureza jurídica das ações filiatórias .....	675
4.5.7	Imprescritibilidade .....	675
4.5.8	Possibilidade de cumulação com outros pedidos .....	676
4.5.9	Legitimidade ativa .....	677
4.5.10	Legitimidade passiva .....	684
4.5.11	Litisconsórcio .....	686
4.5.12	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica ( <i>custos juris</i> ) .....	687
4.5.13	Competência .....	688
4.5.14	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i> .....	689
4.5.15	A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos .....	690
4.5.16	A prova nas ações investigatórias de parentalidade .....	691
4.5.17	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família .....	700
4.5.18	Recursos e os seus efeitos .....	702
4.5.19	A desistência nas ações investigatórias de parentalidade .....	705
4.5.20	A coisa julgada nas ações filiatórias .....	706

<b>Capítulo VIII ▶ A Guarda de Filhos .....</b>	<b>709</b>
1. A guarda de filhos em visão conforme a Constituição .....	710
2. O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	711
3. A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente .....	715
4. A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	717
5. A guarda compartilhada .....	723
5.1 Noções gerais sobre a guarda compartilhada.....	723
5.2 Critérios para o compartilhamento da guarda.....	725
5.3 Guarda compartilhada coativa? .....	727
5.4 Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades.....	729
5.5 A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	731
5.6 Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes.....	735
5.7 Guarda compartilhada, pluriparentalidade e fixação entre diferentes parentes .....	736
5.8 Guarda compartilhada como medida de prevenção à alienação parental.....	738
5.9 Guarda compartilhada e risco de violência doméstica ou familiar.....	738
6. A guarda e a possibilidade de mudança de domicílio do guardião.....	740
7. O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda .....	742
 <b>Capítulo IX ▶ Os Alimentos.....</b>	 <b>747</b>
1. Os alimentos na visão civil-constitucional .....	748
1.1 Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana.....	748
1.2 Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação .....	749
2. Noções gerais sobre os alimentos.....	752
2.1 Noções conceituais e natureza jurídica.....	752
2.2 Características .....	754
2.2.1 Generalidades.....	754
2.2.2 Caráter personalíssimo .....	755
2.2.3 Irrenunciabilidade .....	755
2.2.4 Atualidade.....	758
2.2.5 Futuridade.....	759
2.2.6 Imprescritibilidade .....	759
2.2.7 (In)Transmissibilidade .....	760
2.2.8 A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	764
2.2.9 Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento.....	771
2.2.10 Incompensabilidade .....	773
2.2.11 Impenhorabilidade .....	774
2.3 Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo .....	776
2.4 Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	777
2.4.1 Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	777

2.4.2	Alimentos entre cônjuges .....	777
2.4.3	Alimentos decorrentes do parentesco.....	788
2.5	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	811
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos.....	813
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	815
3.1	Generalidades.....	815
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	815
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência) .....	817
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos .....	818
3.5	Alimentos transitórios.....	820
4.	Aspectos processuais dos alimentos.....	822
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos .....	822
4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	822
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público.....	824
4.4	O procedimento na ação de alimentos.....	826
4.4.1	Petição inicial .....	826
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	827
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos.....	828
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	828
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como <i>custos juris</i> (fiscal da ordem jurídica).....	830
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia .....	832
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	836
4.4.8	Recurso cabível.....	837
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos.....	838
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional.....	839
4.6	A ação de oferta de alimentos .....	841
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	843
4.8	Os alimentos internacionais.....	846
4.9	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica ( <i>disregard doctrine</i> ) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015 .....	847
5.	A execução dos alimentos.....	853
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiossincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar.....	853
5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial e as múltiplas técnicas disponibilizadas ao credor.....	856
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos): a variabilidade e a cumulabilidade de técnicas executivas.....	859
5.4	A prisão civil do devedor de alimentos .....	865
5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais.....	868
6.	A prestação de contas em alimentos.....	870
7.	A ação de reembolso e o seu amplo espectro de cabimento.....	874



8. A impossibilidade de alegação da teoria do adimplemento substancial ( <i>substantial performance</i> ) nas obrigações alimentícias.....	877
9. O abuso do direito e os alimentos e a possibilidade de aplicação das figuras do <i>venire contra factum proprium</i> e <i>supressio/surrectio</i> .....	878

## **Capítulo X ► O Bem de Família..... 883**

1. O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial).....	884
2. O bem de família no direito brasileiro.....	888
2.1 A dualidade de regimes.....	888
2.2 O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho.....	889
2.3 Natureza jurídica do bem de família.....	891
3. O bem de família convencional.....	891
3.1 Noções conceituais.....	891
3.2 Extensão da proteção.....	892
3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	894
3.4 Legitimação para a instituição do bem de família convencional.....	894
3.5 Duração.....	895
3.6 A questão da solvência do instituidor.....	895
3.7 O Ministério Público e o bem de família.....	896
4. O bem de família legal.....	896
4.1 Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	896
4.2 Alargamento do objeto.....	898
4.3 Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	902
4.4 Característica do bem de família legal.....	903
4.5 A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	903
4.6 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	909
4.7 Retroatividade.....	917
4.8 Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	917
4.9 Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor.....	919
5. Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa humana sozinha.....	921

## **Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família)..... 925**

1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional.....	926
2. A tutela.....	927
2.1 A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional nº 65/10).....	927
2.2 Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis.....	929

2.3	Modalidades de tutela.....	931
2.4	Manifestação de vontade do tutelado.....	935
2.5	Incapacidade para a tutela.....	935
2.6	Escusa dos tutores.....	937
2.7	Garantia da tutela.....	939
2.8	O protutor.....	941
2.9	Ação de nomeação de tutor.....	942
2.10	Exercício da tutela.....	946
2.10.1	Generalidades.....	946
2.10.2	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	947
2.10.3	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	948
2.11	Responsabilidade judicial na tutela.....	950
2.12	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	951
2.13	Prestação de contas.....	952
2.14	Extinção da tutela.....	954
3.	A curatela.....	956
3.1	A personalidade e a capacidade jurídica.....	956
3.2	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	958
3.3	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	959
3.4	A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	960
3.5	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	961
3.6	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	967
3.7	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	973
3.8	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	981
3.9	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	988
3.10	Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	989
3.11	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	992
3.11.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional).....	992
3.11.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatela situações existenciais).....	995
3.11.3	A ação de curatela.....	998
3.12	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1017
3.13	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	1018
3.14	A curatela especial do nascituro.....	1019
<b>Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico.....</b>		<b>1021</b>
1.	Uma visão constitucional da adoção.....	1022
2.	Generalidades sobre a adoção.....	1024
2.1	Noções conceituais.....	1024
2.2	Dualidade de sistemas jurídicos.....	1026

2.3	A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa .....	1029
2.4	O estágio de convivência .....	1033
2.5	Legitimidade para a adoção .....	1034
2.6	A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1038
2.7	A adoção pelo par homoafetivo .....	1041
2.8	A adoção “à brasileira”.....	1044
2.9	(Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões .....	1045
2.10	A adoção póstuma .....	1046
2.11	O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção .....	1050
2.12	Efeitos jurídicos da adoção .....	1052
2.13	A possibilidade de mudança de nome na adoção .....	1054
2.14	O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretroatibilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1055
3.	Aspectos processuais da adoção .....	1058
3.1	Generalidades: o procedimento judicial de adoção .....	1058
3.2	Competência .....	1060
3.3	A atuação do Ministério Público.....	1061
3.4	O cadastro, o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção e a excepcionalidade da adoção <i>intuitu personae</i> .....	1062
3.5	A sentença no procedimento de adoção .....	1066
3.6	O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação .....	1067
4.	A possibilidade de apadrinhamento de criança e adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional.....	1068
5.	A sistemática da adoção internacional .....	1071
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>1073</b>